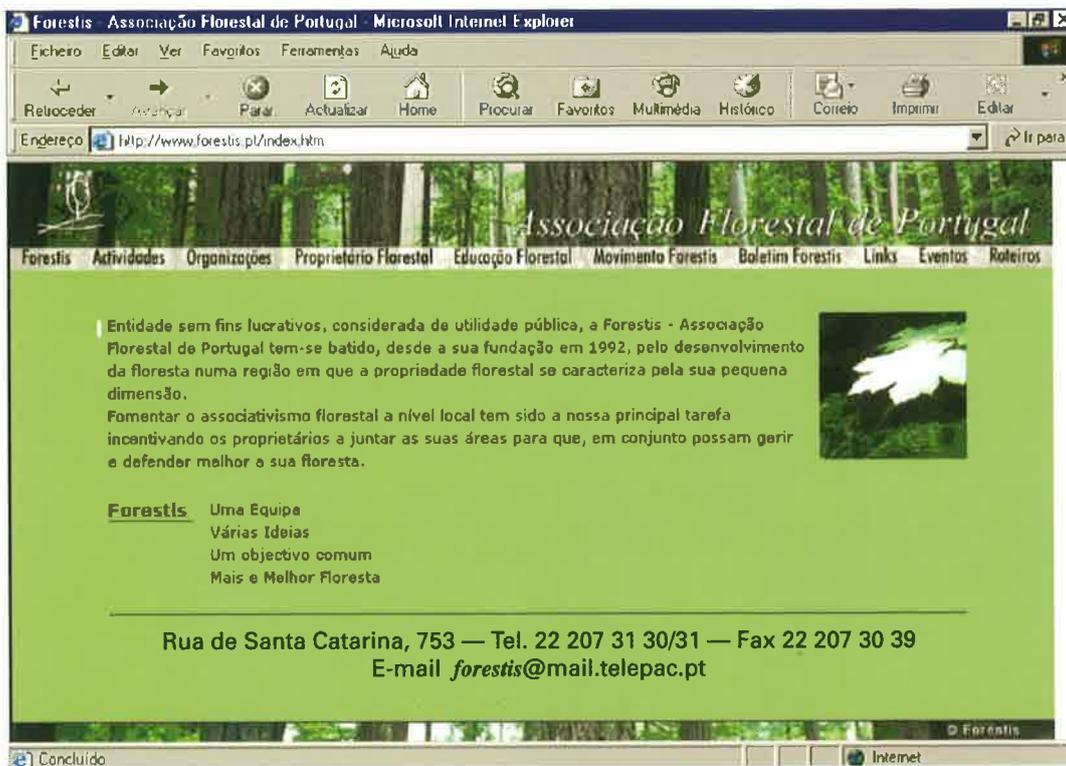




Incêndios 2003

Comentários e Opiniões de José Moreira da Silva, Francisco Castro Rego, Américo Carvalho Mendes, Fernando Mota, Francisco Carvalho Guerra, Joaquim Sande Silva e Hermínio Botelho





Índice

Incêndios Florestais 2003 - Contribuição para uma nova POLÍTICA FLORESTAL	2
Portugal 2003 - Os Incêndios Florestais ou o Desastre Anunciado	10
Incêndios 2003. E agora o que fazer?	11
Incêndios florestais, Algumas lições de 2003	13
Depois dos fogos de Agosto que oportunidades restam ao "culpado" pinheiro bravo?	15
Política florestal: que fazer e como?	18

Neste número colaboraram: Francisco Carvalho Guerra, Américo Carvalho Mendes, Francisco Castro Rego, Fernando Mota, José Moreira da Silva, Joaquim Sande Silva e Herminio Botelho.

Ficha Técnica

Boletim Forestis – Associação Florestal de Portugal • Setembro 2003

Editado por:

Forestis – Associação Florestal de Portugal
R. Santa Catarina, 753 • Tel. 22 207 31 30/31 • Fax 22 207 30 39
E-mail: forestis@mail.telepac.pt

Coordenação Editorial: Rosário Alves

Capa: Patrícia Enes

Execução Gráfica: Uniarte Gráfica – Porto

Nota de Edição

No fim (espera-se) da calamidade dos incêndios que atingiram o País, a **Forestis** abre um espaço (longe das limitações e do imediatismo e dos meios de comunicação social) para a reflexão sobre a floresta e os incêndios. Assim publicamos nesta edição especial, do **Boletim Forestis**, opiniões de algumas pessoas que pelo reconhecimento profissional e alguns também pela intervenção nos órgãos de comunicação social durante o Verão estão em óptima posição de com alguma serenidade darem o seu contributo.

A proposta que lançamos foi de expressarem a sua opinião sem nenhum tema ou orientação pré-definida, a única limitação foi o espaço disponível por questões de edição. Cabe-nos a nós a responsabilidade da ordenação dos textos que se baseia apenas em critérios editoriais.

Outras personalidades poderiam ter contribuído, e certamente marcarão presença em outras iniciativas a promover pela Forestis, sobre esta temática. Fica aqui o agradecimento a todos pela disponibilidade com que responderam a este desafio.

Rosário Alves
Coordenação Editorial

Editorial

Francisco Amorim Carvalho Guerra
Presidente da Direcção da Forestis

18 de Setembro de 2003

A Floresta ardeu, ardeu indiscriminadamente e fomos, aliás, como alguns já suspeitavam, impotentes para travar tão grande desvastação.

Ardeu a floresta, o mesmo será dizer que ardeu paisagem, ardeu fauna e flora, ardeu o pequeno cofre de pequenos proprietários, ardeu o sustento de concelhos inteiros, arderam activos de empresas, arderam equipamentos de combate, pior, arderam vidas humanas. A nossa responsabilidade em alterar a situação é que não ardeu, e agora mais do que nunca temos que dar as mãos e fazer aquilo que já devia estar feito há muito tempo.

A Floresta representa muito em termos económicos e ambientais e a ideia que estas vertentes andam separadas tem que ser abandonada porque infelizmente o fogo provou-nos que estão intimamente ligadas. Pense-se no turismo das paisagens ardidas, pense-se nos cursos de água dos vales ardidos, tenha-se em atenção à caça ardida, contem-se as redes eléctricas e telefónicas ardidas, contabilize-se dióxido de carbono emitido, no que deixará de ser fixado nos próximos anos, no oxigénio que deixará de ser produzido. Depois, concentremo-nos no prejuízo da madeira ardida, que terá que ser retirada prematuramente e em bloco com as inevitáveis consequências económicas e ambientais, e resolva-se bem o problema dos que directa e diariamente dela dependiam.

Mas não fiquemos por aí, vamos repensar a Floresta, o Ambiente e o Fogo como partes de um sistema que devemos controlar sob pena de destruir "...esta bordadura de Mar..." e de a despovoar de gente, da gente que ainda resiste neste interior desertificado e cada vez mais desértico.

Para mudar precisamos inovar e reinventar a nossa floresta, as suas funções e encontrar o que a tornará rendível e atraente para investimento dos seus proprietários e do País.

Temos que incorporar, nos dividendos do investimento florestal, as contribuições pelas mais valias que a floresta proporciona a quem ganha com a sua existência, mesmo aqueles que não estão na fileira florestal. O Fundo Financeiro, filho de tantos decretos não cumpridos, tem que ser agora definitivamente instituído.

O fogo está intimamente relacionado com o clima mediterrânico e a protecção e combate contra fogos, em Portugal, está em estreita ligação com o nosso espírito latino (remediar em vez de prevenir).

Não é para nós importante saber se houve ou não descoordenação ou intenção. Mas é essencial o País encontrar soluções que impeçam a repetição da catástrofe que passamos e que veio por a nu anos de desinteresse sucessivo pela Floresta provavelmente pelo facto de crescer a um ritmo semelhante ao nosso, com a diferença de que morre sempre de pé.

Neste campo todos têm que ser chamados a intervir e responsabilizar-se na MUDANÇA que é não só imprescindível como urgente.

Cabe-me aqui dizer PRESENTE em nome das Organizações de proprietários e produtores florestais que têm a completa percepção do papel importante que já representam na gestão e defesa da floresta, apesar do ambiente de profunda instabilidade em que se movem, quer como organizações quer como agentes de um sector complicado, burocrata e desorientado.

O desafio que se coloca a Portugal é, portanto conseguir que a Floresta, o Espaço Florestal, seja planeado e reconstruído com base em objectivos válidos e que os mais aptos e qualificados participem para os alcançar, gerir e defender.

Assim o primeiro passo é criar um enquadramento político e institucional descomplexado, que premeie a qualidade pela especialização e profissionalismo, a organização e cooperação, a ética e o interesse individual na lógica de um espaço colectivo.

Concentremos vontades e esforços para este desígnio Nacional e todos, todos seremos protagonistas da Mudança.

Incêndios Florestais 2003

Contribuição para uma nova POLÍTICA FLORESTAL

25 de Agosto 2003
J. Moreira da Silva
Engenheiro Silvicultor

Há já algum tempo, numa carta ao director, do meu jornal habitual, remetida pelo senhor José Pedro Borrego, de Lisboa, li, entre outras, as seguintes frases:

“Chegou a hora de dizer: basta! Perante os contornos alcançados por esta calamidade que assola o país, não podemos pactuar com um sistema que não dá respostas efectivas à questão dos incêndios e que permissivamente se limita a deixar as coisas tal e qual como estão.

É por isso, nossa obrigação insurgirmo-nos e lutar contra todo este sistema absolutamente falhado, esgotado e inútil que não tem respostas concretas para um problema claramente identificado”.

Esta “obrigação” tocou-me bem fundo porque, tendo sido durante mais de 40 anos funcionário dos Serviços Florestais, dediquei toda a minha vida à floresta portuguesa que servi o melhor que pude e soube e não achei justo que, apesar dos meus 80 anos, também não me sentisse abrangido por aquele apelo e não transmitisse, a quem por ventura esteja interessado,

parte da minha experiência, o que aprendi com erros que eu e outros fizemos, e as ideias que me têm preocupado passa dos quase 50 anos com esta calamidade que há já bastante tempo previ que seria cada vez maior e de mais funestas consequências, como se verificou, infelizmente, este ano.

As causas mais próximas dos incêndios florestais (1) são, como é do conhecimento geral, devidas ao facto de ter havido nos últimos 40 anos uma radical mudança na actividade humana nos espaços de montanha, nomeadamente, no Norte e Centro do País. De facto nessas épocas já distantes, à escala humana, os vales e patamares artificiais mais férteis e protegidos eram aproveitados para uma agricultura de auto consumo e a montanha, além de alimentar os pequenos ruminantes durante todo o ano – salvo quando a neve não o permitia – e o gado bovino, depois dos trabalhos de preparação e sementeiras nos solos agrícolas durante a Primavera (desde a 1ª quinzena de Maio até Novembro), fornecia também aos agricultores e pastores combustíveis para as lareiras e mato para a cama dos gados.

Assim, como era preciso cortar periodicamente os matos para fazer uma boa “cama” e produzir o melhor estrume, utilizados sem parcimónia para manter mais férteis os solos agrícolas, sem recorrer a adubos químicos, eles reduziam também a parte aérea dos arbustos espontâneos das áreas de pastagem, através do fogo realizado nas épocas mais convenientes da Primavera ou Outono, em função do clima, altitude e exposição que uma ancestral experimentação lhes ensinou, a fim de, com a nova rebentação fornecer alimentação mais nutritiva e apetitosa e ter, por consequência, melhores lucros com a venda dos animais.

Este uso milenário deu origem a um ecossistema condicionado pelo fogo onde as espécies animais e vegetais foram progressivamente seleccionadas de tal forma que ele pode constituir um autêntico piro-ambiente como lhe chamou Edwin Komarek, da Tall Timbers Research Station, Florida, E.U.A. na sua primeira visita a Portugal, em 1976, a convite dos Serviços

Florestais por causa dos incêndios que cada vez mais grassavam no nosso País.

Aquele cientista afirmou (2) que o Homo sapiens nasceu formalmente quando teve a coragem de apanhar e guardar um tição aceso por uma qualquer trovoadas e que assim a criatura tornou-se humana e o manter o fogo uma tarefa importante... para pessoas importantes, podendo dizer-se que nessa ocasião o Homem pôde então assumir a sua função dominadora sobre os outros animais e o seu próprio habitat. Ainda seguindo o raciocínio daquele notável ecologista do fogo poderemos adiantar que o Homem mais como caçador que como agricultor, pode ter começado a notar, após queimadas feitas em determinadas épocas do ano, primeiro acidentais e mais tarde provocadas, que diversos tubérculos e outras raízes comestíveis, plantas de interesse alimentar e até sementes, proliferaram melhor, eram mais abundantes e produziavam melhores frutos. É até natural que, graças à observação e experiência acumulada, tenha seleccionado, pelo fogo, o que mais interessava não só para a sua alimentação como para a dos herbívoros colocados na primeira linha da sua cadeia alimentar.

O **ambiente** moldado pelo fogo foi certamente um dos mais importantes pilares da nossa civilização.

Para melhor arrumar o meu pensamento resolvi dividir o problema dos fogos florestais em dois grandes temas: **combate e prevenção**, aliás pela ordem inversa da sua importância. Só que o combate é primeira notícia de todos os órgãos de comunicação social e a prevenção nem notícia é, a não ser nas épocas de crise. O que tem acontecido é que o tema da prevenção tem sido "conversa" de políticos mais ou menos ignorantes, que só dela falam durante a época das calamidades.

Não se pense que se trata duma concessão que faço à comunicação social ou aos políticos, mas a implementação de uma prevenção eficaz durará, pelo menos, uma ou duas dezenas de anos e eu desejo que, até lá, se vá combatendo com mais eficiência, com menos sacrifícios

humanos e materiais e se diminuam as notícias de primeira página ou de abertura dos telejornais.

Combate

Profissionalismo, profissionalismo, profissionalismo até à exaustão. O combate a fogos florestais é assunto demasiado sério para ser entregue a boas vontades, abnegados sacrifícios que levam até à morte, a qualquer um (ou uma) que não conheça o terreno como as suas próprias mãos, ao desconhecimento de táticas nas diversas emergências ou das técnicas mais eficientes em função dos relevos, da natureza dos combustíveis, da previsível propagação do fogo, da oportunidade de efectuar contra-fogos, etc., etc.

Não resisto à tentação de transcrever um trecho de uma aula (3) que dei em 1994:

"Em 1962, três engenheiros florestais ficaram alarmados com o fogo florestal que, nos últimos anos, diziam, consequência do aumento substancial da área arborizada nos baldios submetidos ao regime florestal, surgiu como terrível inimigo de um bem que urgia defender. A partir de 1960, nos Perímetros Florestais, o valor dos prejuízos processou-se num ritmo alarmante e em 1962, num só incêndio, perderam-se, apesar de todos os esforços, mais de 5000 ha de pinhal e sentiu-se a inoperância do ataque, logo que o sinistro atingiu grandes proporções, o que os levou a gizar, naquele mesmo ano, um estudo profundo do problema com o intuito de travar aquela progressão.

Escrevíamos nós, (os engenheiros silvicultores Vasco Quintanilha, Hernâni José da Silva e eu próprio) que "o tipo de cultura deveria ser tal que se tornasse difícil a propagação dos incêndios e que a experiência demonstrava que os bastios e novédios de resinosas (o pinheiro bravo em noventa e tal por cento da área) eram os mais vulneráveis e de ataque mais difícil, principalmente quando não sujeitos aos tratamentos silvícolas adequados."

Nessa época a ordem era arborizar, arborizar, arborizar sem jeito, mas em força.

Preconizávamos que "para além dos tratamentos culturais, se efectuasse, a introdução de manchas de folhosas para compartimentação das resinosas e as apropriadas infraestruturas, como torres de vigia, caminhos florestais, rede divisional, postos meteorológicos privativos, para um serviço de prevenção mais eficaz e fornecimento de preciosos elementos para o estudo ecológico dos povoamentos, constituição de reservas de água, pela construção de pequenos embalses, e púnhamos uma especial evidência na estratégia do ataque: mas ninguém nos quis ouvir, que era de facto evidente que não se pode entregar à improvisação o esquema de um ataque, nem esperar de um comando, capacidade suficiente para dirigir toda a frente de um incêndio, se não for convenientemente auxiliado por brigadas de pessoal adestrado e bem equipado. E acrescentávamos... não ser possível, sem uma especialização, quer em equipamento quer em pessoal, haver garantias de eficiência, mesmo que o alarme e transporte de pessoal fossem tão rápidos como o que seria de desejar.

Por isso, e ainda porque se esperava poder lançar uma base de uma fixação dos povos à floresta pela garantia de trabalho permanente, propôs-se, como imprescindível, a criação de brigadas de choque extremamente rápidas e eficazes. Estas brigadas, formadas por pessoal permanente, recrutado com especial cuidado, não seriam, como é óbvio, estáticas à espera do alarme, mas utilizadas nos trabalhos de conservação e exploração, sempre indivisíveis, muito úteis pela especialização que, entretanto, iam adquirindo na gestão florestal. Fora da época de perigo, seriam encarregadas desses serviços, podendo no entanto dividir-se em grupos, mais ou menos numerosos, conforme as necessidades".

Há mais de 40 anos!!!

As variáveis climáticas, geográficas e geológicas das condições de actuação do fogo nas suas combinações múltiplas, dão origem a respostas vegetativas das mais díspares, pode ter efeitos diversos sobre as associações de plantas e ser um importante factor abiótico que afecta a produção e a estrutura das comunidades vegetais e elemento natural de catálise da diversidade dos ecossistemas que determinam a sua própria estabilidade.

Nestes piro-ambientes, sem a acção periódica dos fogos, as comunidades vegetais perdem a sua diversidade, aumentam a densidade, tornam-se impenetráveis e decadentes, degradam-se com frequente desenvolvimento de pragas e doenças. Os antigos mosaicos, da vegetação espontânea, cortada com frequência para as camas dos gados, transformam-se em uniformes monotonias e a fauna bravia declina em número e espécies, em face do empobrecimento da alimentação tanto em qualidade e diversidade, como em quantidade.

Como atrás referi em Portugal (ou melhor, no território que hoje ocupa) desde há milhares de anos as populações das zonas mais pobres, distribuídas por pequenos aglomerados dispersos, praticavam uma pastorícia de carácter extensivo complementada com uma agricultura de auto-consumo.

Onde mais persistente foi a acção do Homem, mais as comunidades vegetais se tornaram dependentes do fogo para manterem os seus níveis de produtividade. Os pastores, depois dos caçadores, e mais tarde os agricultores foram os agentes destas intervenções, mantendo o ecossistema num equilíbrio instável com grande dependência de factores humanos.

Em 1987 (4) escrevi: Desde há um quarto de século, com o abandono das populações destas regiões de economia mais deprimida, as comunidades vegetais, sem aquelas intervenções, (corte de matos, pequenos fogos, etc.) começaram a perder a diversidade, dando-se assim uma progressiva acumulação de combustível e rápido aumento do risco de incêndio. Já, uns anos atrás, com a arborização dos solos degradados no norte e centro do país ao recorrer-se (haveria muitas mais hipóteses?) em grande parte ao *Pinus pinaster*, se tinham criado condições de elevado risco.

São razões suficientes para explicarem a amplitude dos incêndios florestais, embora o agente causador e a sua intencionalidade se situem num leque muito alargado. O facto de haver cada vez mais incêndios mais catastróficos é devido às profundas alterações das condições sócio-económicas das regiões de solos mais pobres que passaram, com a fuga da população lá residente, a estarem entregues a uma floresta virada para a satisfação das necessidades da indústria consumidora de madeiras de menor

qualidade ou abandonados ao "maquis" transformado num acumulador de combustível facilmente inflamável. Não há dúvida que apesar das grandes somas investidas, quer em infra-estruturas quer em meios de combate, os incêndios acontecem com mais frequência, percorrem superfícies cada vez maiores e causam prejuízos humanos e materiais incalculáveis.

Mais tarde em 1993 (5) numa intervenção feita em Sevilha no "Seminário Europeu de Informação sobre o papel dos agricultores na prevenção dos incêndios florestais", referi que por iniciativa da *Forestis* (Associação Florestal de Portugal) se estavam a constituir Associações locais e regionais de proprietários florestais com vista à formação de organizações de gestão e defesa do património florestal a que chamamos GEDEF's, tendo como objectivo dois princípios básicos:

- juntar a gestão da floresta à sua defesa;
- separar o direito de propriedade do direito à gestão.

O grave problema dos incêndios florestais que assolam anualmente a Europa do Sul está ligado a muitos factores que, em síntese, não se podem dissociar. No entanto, a sua análise, por sectores, ajuda a melhor compreender esta complexidade.

Há fortes razões para afirmar que se evitaria que os incêndios tomassem grandes proporções se houvesse da parte dos que os combatem, conhecimentos aprofundados das zonas em que se desenvolvem, no que se refere, entre outras, às vias de acesso de veículos e/ou pessoas, aos ventos dominantes, à localização de obstáculos naturais à propagação do fogo, à natureza do combustível (sub bosque e manta morta) em quantidade e qualidade, à execução de projectos de instalação, tratamento e exploração dos povoamentos florestais, às zonas de livre pastoreio...

Ninguém melhor que os habituais trabalhadores nessas zonas têm esse conhecimento e por isso ninguém melhor do que eles, como intervenientes na gestão, devidamente apetrechados e com formação profissional adequada, poderá ter mais eficácia no combate aos incêndios. Não esquecer que ao seu conhecimento do terreno se juntam outros de carácter subjectivo, como defender com redobrado interesse aquilo que se planta, se trata e de que se vive economicamente. São as razões que me levam a

propor a aceitação do primeiro princípio básico das **GEDEF's: "juntar a gestão da floresta à sua própria defesa"**.

Não será muito arriscado afirmar que a floresta do tipo do noroeste português de influência atlântica, numa boa gestão, com uma produção média anual de 8 m³/ha, é capaz de fixar mão-de-obra permanente na ordem das 4 a 5 pessoas, por dia, em 1000 ha, incluindo o pessoal dirigente e administrativo, de forma economicamente viável e numericamente suficiente para todos os trabalhos que ela exige, incluindo a sua própria defesa. Além disso, pode ser e é com certeza, uma actividade complementar de outras agrárias vizinhas pois, tendo a floresta uma grande elasticidade no tempo, ela pode preencher com facilidade os tempos mortos das outras necessidades do sector primário.

Dentro deste ponto de vista em 7 500 ha (mais tarde direi quais as razões da escolha desta área) poderíamos ter sempre na floresta uma brigada de cerca de 25 trabalhadores florestais, enquadrados por um técnico de formação média e 3 ou 4 capatazes que os orientariam, também, nas tarefas normais de gestão florestal, em pequenas equipas, fora da época dos fogos. Concentrados nas alturas de perigo constituiriam uma forte brigada capaz de atacar os incêndios dentro da própria floresta com eficácia redobrada por a conhecerem bem, serem táctica e tecnicamente bem formados e orientados e estarem mais vocacionados para estas acções.

As regras básicas do ataque aos incêndios florestais devem assentar em princípios técnicos que estão muito ligados à própria gestão florestal, no tão propagado ordenamento florestal, só falado nas épocas de crise no verão:

- Os povoamentos florestais constituídos por espécies sensíveis ao fogo não podem ter a continuidade que agora apresentam, quer em idade quer em espécie, antes deverão limitar-se a pequenas manchas de 30 a 50 ha (?) interrompidas por espécies florestais mais resistentes como as folhosas de folha caduca, com muita sombra no verão, reciclagem rápida e sub bosque constituído por herbáceas, ou mesmo algumas resinosas de agulha muito pequena ou "brácteas" que com compassos apertados não deixam que haja sub bosque e originam uma manta morta muito fina,

de difícil arejamento, que arde com dificuldade, além de zonas de cultura agrícola ou pastagem;

- os aceiros e arrifes da chamada rede divisional, com o vento, deixam propagar o fogo pelas copas das árvores por não terem, nem poderem ter, largura suficiente para fisicamente serem eficientes nas interrupções referidas e, além de ocuparem cerca de 4% do território, são improdutivos e de custosa manutenção;
- aquelas interrupções, deverão ter uma largura mínima de 100 metros ou uma área contínua de pelo menos 5 ha e serão um excelente ponto de apoio para um combate a um fogo que entretanto surja, pois são lugares resguardados e praticamente incombustíveis, donde, poder-se-á lançar um contra fogo, se for essa a estratégia aconselhável;
- o sub bosque da floresta deverá ser destruído em pequenas áreas saltadas (3 a 5 ha) quer por meios mecânicos quer, de preferência, pelo uso do fogo controlado (mil vezes mais barato) desde que possa ser utilizado e seja dirigido por pessoal "encartado" pela autoridade nacional competente;
- só o coordenador local do combate poderá ordenar o lançamento de um contra fogo e deverá ter (como me habituei a dizer) cabeça fria e costas quentes ou seja, dar ordem na altura exacta e não haver possibilidade de retorno que teria consequências imprevisíveis;
- um contra fogo deverá ser utilizado em condições que estrategicamente o responsável local (repitome, por ser fundamental) ache ser a única solução e depois de se certificar da total segurança do restante pessoal de combate e eventuais residentes;
- os trabalhadores devem procurar atacar os incêndios pelos flancos e nunca se colocarem nas zonas de ravina que funcionam como verdadeiras chaminés por onde se escoam gases letais, produzidos pelo fogo;
- o combate a um incêndio deve fazer-se dentro da floresta tão rápido quanto possível para evitar que se desenvolva a sua intensidade;
- nesta rapidez poderiam ter um papel importante 4 ou 5 helicópteros, estrategicamente localizados por todo o País, que transportassem um grupo de combatentes não inferior a 15 unidades;
- poderemos concluir, assim que a utilização de água

é completamente desnecessária, nesta primeira fase, substituída por batedores ou ramos de árvores, sempre aos pares – um de cada vez – porque um batedor não é um abanador;

- o rescaldo é um complemento essencial do combate cuja importância não devemos escamotear pois são os reacendimentos, por sua falta, que têm dado origem às situações mais catastróficas;
- tem de ser muito cuidadoso e efectuado sob a direcção de pessoal competente, recorrendo, sempre que possível, à mão-de-obra local, paga pelo Estado, porque se trata de uma acção de interesse nacional; (ou não será?)
- o facto dessa operação ser normalmente feita com pouco profissionalismo, leva-me a pormenorizar que é fundamental rapar, em toda a periferia do incêndio, aparentemente apagado, numa faixa de, pelo menos, meio metro de largura, a vegetação espontânea e manta morta até ao solo mineral, lançando estes detritos para a zona já ardida que deverá ser atentamente vigiada, principalmente, nas alturas do dia em que muda o vento, ao nascer e ao pôr-do-sol;
- a utilização de água nos trabalhos de rescaldo acelera a sua efectivação;
- este conjunto de regras básicas, como as aqui aconselhadas, pressupõe vigilância altamente profissionalizada, mais ou menos sofisticada, e pronto alarme que deverão ficar a cargo da Administração Pública.

A floresta é um bem nacional: a fauna e a flora e as suas diversidades; a paisagem e o turismo; o ar e a água; os ventos, as neves, a erosão, os assoreamentos, e sei lá que mais, são problemas que a todos interessam, e por isso a vigilância e alarme deverão ficar a cargo de todos os contribuintes.

Então, essas GEDEF's deveriam ser fortemente apoiadas durante a época dos fogos que exigiriam uma disposição permanente do pessoal e, por isso, um substancial aumento de salário que ficaria a cargo do Estado, através da Administração Pública que teria também o dever de as avaliar, a par e passo, com o apoio da UE bastante interessada na floresta do Sul da Europa e na sua expansão à custa dos terrenos de agricultura marginal. O objectivo desse interesse não é inocente, mas não cabe aqui discuti-lo.

Prevenção

Aqueles 7 500 ha nasceram da ideia, discutível, de que 30 mil seriam uma boa unidade de gestão para um técnico superior que estaria assessorado pelos outros 4 técnicos e auxiliado por um único serviço administrativo. As primeiras Associações Sub-Regionais obedeciam a esta filosofia. Também são uma área de produção anual interessante, para qualquer empreiteiro, avaliada em 30 mil m³ de madeira de desbaste e outro tanto de corte final.

Quero acrescentar que os 7 500 ha não precisam de ser contínuos antes, pelo contrário, devem ser intervalados por terrenos de cultura agrícola e de pastagem que muito ajudarão a compartimentação da floresta, assunto que mais à frente abordarei, embora a sua distância não deva representar um ónus incomportável. No entanto, não poderão haver outros terrenos florestais de permeio fora do projecto, o que nos impõe uma difícil mudança de mentalidade.

Na já referida intervenção de Sevilha em 1993 (5) afirmei que "a geográfica aglutinação do espaço florestal que se encontra "atomizado" por todo o minifúndio da região de Portugal a que me venho referindo permite-me defender, sonhando um pouco, o segundo princípio básico das **GEDEF's**: **"separar o direito de propriedade do direito à gestão"**.

E digo, sonhando um pouco, porque nós os latinos, ainda consideramos como "sagrado" o direito de propriedade e quando dizemos que ela nos foi emprestada pelos nossos antepassados, para que a entreguemos intacta ou melhorada aos nossos vindouros e arriscamo-nos se assim não for a ser queimados na fogueira acesa para os blasfemos, hoje felizmente inócua, depois do fim da "Santa" Inquisição.

Mas dessa "Santa" não temos nós culpa e agora já ninguém esconde que foi uma página negra da nossa história, mas não será nossa responsabilidade actual permitir, por incúria, obstrução ou falta de imaginação, a destruição inglória das nossas irmãs – as árvores – como diria, no seu "panteísmo cristão", S. Francisco de Assis? Não seremos, ao fim e ao cabo, neste momento ferozes inquisidores da nossa própria floresta?

A ultrapassagem deste grande obstáculo que é a necessidade de uma gestão conjunta, mesmo que tal não mexa no direito de posse da propriedade, só pode ser feita por acções didácticas, estímulos fiscais ou outras medidas que aliás estão previstas pela Lei de Bases que em 1996 foi aprovada por unanimidade (!!!???) pela Assembleia da República, prova evidente que este assunto não é matéria de interesse político-partidário. Podem-se considerar demagógicas as "lágrimas de crocodilo" que agora se derramam.

Mas não valem, na hora, recriminações quando eu pretendo contribuir para que o País se convença da extrema necessidade duma política sim, mas florestal, que deveria ser um autêntico pacto de regime entre todos os partidos, como também serão de todos os partidos os proprietários florestais.

Numa publicação da Associação Internacional da Floresta Mediterrânica (6) afirma-se com ironia, mas traduzindo uma triste realidade, "Impõe-se então lançar uma nova campanha DFCL (Defesa Florestal Contra Incêndios) não somente – e isto é necessário – para defender as florestas contra o incêndio, mas para a defesa da floresta contra a indiferença". Nos meus raciocínios e propostas, não serei capaz de abarcar toda a interdisciplinaridade que toda esta tarefa obriga, pelo que a minha contribuição deve ser encarada, somente, como a que está ao alcance dum velho florestal.

Não é socialmente justo que os proprietários absentistas mal conhecendo a localização das suas propriedades, ou desconhecendo-a em absoluto, as tenham completamente abandonadas, nada invistam quando auferem algum rendimento e não sejam responsáveis pela sua gestão para salvaguarda dos interesses dos seus vizinhos e do País, em geral. Esta incúria deverá ser tratada com o rigor que a quase esquecida Lei de Bases impõe.

Uma gestão florestal deve assentar em alguns pressupostos fundamentais, nomeadamente a carta de solos ou, na falta desta, dum pormenorizado estudo do terreno (profundidade, afloramentos rochosos, altitude, declive, exposição), da climatologia, da utilização das espécies autóctones e exóticas, dos mercados, do papel social no meio, das novas tendências para a sua utilização futura e a salvaguarda da diversidade dos ecossistemas.

A área total submetida a um plano de gestão deverá ser subdividida em parcelas que terão de ser "percorridas" periodicamente em prazos não muito dilatados (3 a 5 anos) em função da sua classe de qualidade para a espécie escolhida. É tal a ligação da gestão com a defesa que sou obrigado a repetir algumas das regras básicas que aconselhei para a luta contra incêndios. Assim:

- os povoamentos florestais constituídos por espécies sensíveis ao fogo não podem ter a continuidade que agora apresentam quer em idade quer em espécie, antes deverão limitar-se a pequenas manchas interrompidas por espécies florestais mais resistentes como as folhosas de folha caduca, com muita sombra, reciclagem rápida e sub bosque constituído por herbáceas ou mesmo por algumas resinosas de agulha muito pequena que com compassos apertados não deixam que haja sub bosque e originam uma manta morta muito fina de difícil combustibilidade;
- aquelas interrupções deverão ter uma largura mínima de 100 metros ou uma área contínua de pelo menos 5 ha;
- as resinosas atrás referidas, plantadas a seguir às folhosas mais exigentes em solo e humidade poderiam ser escolhidas numa escala decrescente de qualidade do solo dentro dum esquema – *Chamaecyparis*, *Pseudotsuga*, *Cupressus*, *Cedrus* e *Pinus sylvestris* ou nigra, ou semelhante;
- o sub bosque deverá ser tratado em pequenas áreas salteadas, de 3 a 5 ha, quer por meios mecânicos quer, de preferência, pelo uso do fogo controlado (mil vezes mais barato) desde que seja dirigido por pessoal "encartado" pela autoridade nacional competente;
- o território deve ser dividido de tal forma que anualmente haja um rendimento semelhante, para as despesas correntes da gestão e pagamentos aos proprietários, calculado de forma que se incluam nele todos os povoamentos de curta, média ou longa exploração;
- estes deverão receber todos os anos a sua quota-parte do rendimento em função da sua área e da classe de qualidade dos terrenos, independentemente do real rendimento do espaço que lhe pertence e do destino que lhe tiver sido dado pela gestão;
- os proprietários com arborizações deverão receber o valor que na altura for calculado em prestações anuais, retirado do lucro da gestão, num prazo máximo de 20 (?) anos;
- a gestão poderá ser feita directamente pelas associações através das suas GEDEF's ou por empresas supervisionadas pelas associações e ambas fiscalizadas pela Administração Pública;
- a população local deverá ter prioridade do recrutamento da mão-de-obra e se forem proprietários florestais estes deverão estar isentos do pagamento de impostos referentes às importâncias recebidas como rendimento anual;
- o Estado deverá encontrar processos para fazer empréstimos a longa distância e por conta de rendimentos futuros, com juros não superiores à inflação, para que se torne possível a utilização de espécies de rendimento a muito longo prazo;
- a estes empréstimos também terá acesso o pequeno proprietário não absentista para satisfação de necessidades pontuais, devidamente demonstradas;
- os proprietários devem ser todos obrigados ao pagamento de impostos sobre o valor imobiliário (área e classe de qualidade), independentemente da sua utilização, e os absentistas ausentes do território gestionado deverão tê-los mais elevados que os residentes que poderão ser beneficiados pela forma atrás prevista e mais ainda se os seus terrenos estiverem incluídos em espaços protegidos;
- o Estado deverá encontrar a forma de concentrar num só Ministério independente todas as actividades dentro do espaço florestal seja privado, associativo ou não, seja comunitário ou público acabando com um verdadeiro pandemónio que um dia me levou a pronunciar, em 1994, numa Presidência Aberta (7) o seguinte:

A própria estrutura governamental tem alimentado, não sei se com toda a inocência, esta confusão, dispersando por vários ministérios as competências sobre o espaço florestal, geralmente numa posição marginal, de somenos importância: como se a protecção contra incêndios não estivesse ligada à gestão florestal ou esta, por seu lado, à função da

conservação do solo, da água, do ar, da fauna e da flora, ou lhe fosse indiferente o papel lúdico e turístico ou não tenha mesmo uma importância mais que relativa no próprio ordenamento do território..

Estas confusões deliberadamente alimentadas, ou em consequência de velhas heranças mal digeridas, têm tido eco junto dos que deveriam ver nos florestais os seus melhores e mais esclarecidos "compagnons de route" não os ajudando, quer por acção quer por omissão, e dentro dos seus conhecimentos, na correcção de erros cometidos.

Quando comecei a escrever esta minha contribuição disse que para facilidade de exposição ia dividir o assunto em dois grupos: combate e prevenção. Mas não posso alhear-me dos problemas que catástrofe nos trouxe. Alinhavei considerações com o pressuposto da existência de um espaço florestal que estava mal ordenado que tentava ajudar a emendar. Mas agora que devemos fazer? É isto que eu tenho de acrescentar.

Que fazer agora?

Todos nós, pessoalmente ou através do Estado (os que pagam impostos) devemos ajudar imediatamente os que perderam tudo e não têm meios de sobrevivência. As pessoas têm de estar em primeiríssimo lugar.

E quanto ao espaço florestal, além da retirada **cautelosa** da madeira queimada com valor comercial, há algumas regras simples que devemos ter em mente:

- a madeira sem valor comercial deverá se cortada e deixada no local para que, juntamente com ao despojos do corte das outras árvores, contrariem os previsíveis processos de erosão;
- os eucaliptais, se tiverem tido menos de 3 cortes dever-se-ão deixar rebentar e na próxima primavera, podá-los e deixar o nº de rebentos de acordo com a potencialidade da toíça;
- quanto ao pinheiro bravo deveremos esperar três anos pois o fogo estimula a abertura das pinhas e, ao fim desse tempo, a arborização estará feita naturalmente;
- sobre essas arborizações naturais, além das limpezas e desbastes, devemos começara fazer uma compartimentação dos povoamentos, com as regras atrás indicadas, tendo como objectivo o futuro de uma boa gestão;
- tudo isto ficará muitíssimo mais barato do que uma rearborização mecanizada imediata e precipitada e seria muito mais benéfica para a conservação do solo;
- os proprietários não absentistas deveriam ser imediatamente ressarcidos dos seus prejuízos da sua actividade agrícola e pecuária e beneficiar de créditos bonificados por conta dos rendimentos futuros da sua actividade florestal e altamente subsidiados na instalação das suas novas florestas;
- a Administração Pública terá que estimular a utilização do fogo controlado que tão bons resultados obteve no Alto Minho na década de 80 do século passado e que agora, graças aos portugueses, também se utiliza em Espanha e França;
- estas acções seriam o prelúdio duma nova política florestal em que estaremos todos envolvidos – desde os proprietários até aos usufrutuários, passando por uma forte intervenção do Estado, directamente e através das associações florestais, sempre bem acompanhadas e fiscalizadas.

Resumindo: o fogo é uma **calamidade**, mas pode não ser uma **fatalidade**.

Bibliografia

- (1) 1987 – O fogo na modulação dos espaços florestais e a acção da D.G.F. – (Moreira da Silva, J.).
- (2) 1977 – "Comments" on the wildfire problem in Portugal in relation to forests, wildlife and range – (E.V. and Betty Komarek).
- (3) 1994 – Curso de Mestrado Florestal/UTAD – Associativismo Florestal – (Moreira da Silva, J.).
- (4) 1987 – Colóquio Internacional de Atenas – La reconstitution de la forêt du Pin Maritime envisageant la reduction des risques d'incendie – (Moreira da Silva, J., Botelho, H. e Rego F.).
- (5) 1993 – Uma acção e uma proposta – (Moreira da Silva, J.).
- (6) 2002 – Problematique de la Forêt Méditerranéenne – (Bonnier, J.).
- (7) 1994 – A floresta de protecção: falso problema – (Moreira da Silva, J.).

Portugal 2003

os Incêndios Florestais ou o Desastre Anunciado

8 Setembro 2003

Hermínio S. Botelho

Engenheiro Florestal

Professor Associado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Perante a catástrofe, ocorrida este Verão, que assolou o país consumindo uma parte substancial do seu património florestal, muitos se questionam sobre o que falhou, o que poderia ter sido feito para que tal nunca pudesse ter acontecido.

Os que conheciam a situação de perto adivinhavam o desastre. Estavam criadas as condições para que numa conjuntura climática desfavorável o fogo tomasse proporções e severidade desmesurada, tornando incapaz qualquer esforço para sustentar a vaga de incêndios. Muitos destes, de origem natural (17% dos incêndios maiores de 100ha) e outros devido a um comportamento menos cívico dos que usam o fogo negligentemente, foram a origem de muitos dos fogos que percorreram a maior parte da área ardida em 2003. E se podemos atribuir uma boa percentagem das causas a motivações criminosas, é errado e perigoso imputar a uns quantos incendiários e a supostos interesses obscuros toda a dimensão da tragédia.

Mais do que saber quem põe o fósforo há que pensar porque arde a floresta.

Não será porque a sociedade actual desvaloriza a importância da floresta e dos recursos florestais, ignora a sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida e a estabilidade dos ecossistemas naturais, deprecia a sua capacidade de gerar e pro-

duzir actividades de recreio e matérias-primas renováveis de alto valor acrescentado?

Os incêndios resultam da relação negativa entre o homem moderno e o fogo, e da pressão exercida sobre as florestas. O fogo tem acompanhado o processo de desenvolvimento da Civilização Humana e esta relação, ancestral, do Homem com o fogo tem influenciado o carácter dinâmico das comunidades vegetais, dando origem a ecossistemas dependentes de perturbações e seleccionando as espécies mais dependentes e adaptadas ao fogo, mas também mais inflamáveis e combustíveis.

Os padrões de crescimento sócio-económico da sociedade actual levaram à desertificação humana em áreas rurais do interior e ao abandono de actividades agro-florestais. A ausência de populações activas e o predomínio de povoamentos mono-específicos de pinheiro bravo e de eucalipto, são um potencial de perigo que aliado a situações de seca prolongada resultam em incêndios catastróficos.

A vulnerabilidade da floresta portuguesa aos incêndios não resulta apenas do carácter excepcional do clima. Há que mudar a atitude cívica dos cidadãos, pela educação e sensibilização; valorizar os recursos florestais; assumir uma gestão racional e sustentável dos povoamentos; criar as medidas e meios financeiros que promovam a reestruturação fundiária, o associativismo e a reflorestação; e reduzir o elevado grau de inflamabilidade e as condições de grande combustibilidade dos espaços arborizados.

O combate aos incêndios na floresta, porque falha a prevenção, não pode ter êxito privilegiando o uso da água. E por maior que seja o investimento em meios e tecnologias, pesadas e sofisticadas, serão sempre insuficientes e falíveis, e não chega a boa vontade e o esforço dos bombeiros, e estes não estarão definitivamente disponíveis.

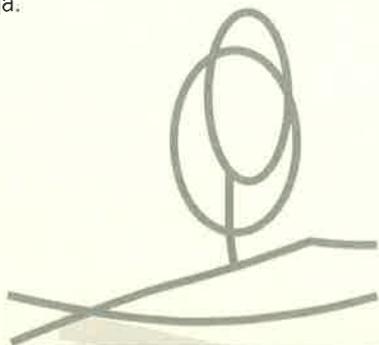
Finalmente, o problema dos incêndios florestais não é uma questão de protecção civil, mas de protecção florestal.

Esta é a oportunidade de mostrar que os Engenheiros Florestais, que melhor conhecem a floresta, estão mais aptos a gerir a situação, como já o fizeram

no passado. Com uma formação técnica e científica superior, cimentada em muitos anos de estudo das ciências florestais, aplicando métodos e processos tecnológicos avançados, estão habilitados a:

- participar nas orientações para o ordenamento regional das florestas e elaborar os planos de gestão florestal a nível municipal;
- intervir na gestão dos recursos florestais com a participação dos proprietários ou substituindo-os sempre que estes não possam executar as operações consideradas necessárias;
- aplicar os conhecimentos resultantes da análise experimental e teórica, sobre técnicas de silvicultura para a protecção das florestas;
- conhecer as interações que regem os principais factores que influem sobre a combustão da biomassa florestal em face de diferentes situações de comportamento do fogo, da dimensão das chamas e dos fluxos de energia;
- escolher as espécies mais interessantes relativamente à resistência dos povoamentos à passagem do fogo e usar metodologias para potenciar a auto-resistência em perímetros florestais;
- utilizar os métodos de gestão do combustível, ecológica e economicamente mais sustentáveis;
- fazer e difundir a introdução controlada do fogo no sub-bosque florestal;
- identificar a situação de risco de incêndio, adequar as medidas de carácter preventivo e colaborar nas acções de coordenação do combate aos incêndios;
- promover uma sinergia efectiva entre os actores da gestão e investigação.

Haja vontade política para assumir a importância económica e ecológica da floresta, pois temos quem a proteja.



Incêndios

2003

E agora o que fazer?

29 de Agosto 2003

Joaquim Sande Silva

Engenheiro Florestal

Docente

Escola Superior de Coimbra

Passada a época normal de fogos de 2003, a mais devastadora desde que há registos oficiais sobre a área total queimada em cada ano, é imperioso fazer uma reflexão sobre o papel concreto dos cidadãos e das instituições relativamente às medidas a tomar. É sem dúvida este o momento ideal para o fazer pois, se por um lado a tragédia ainda não caiu no esquecimento colectivo, por outro já existe algum ambiente de calma e lucidez que permite uma análise não toldada pelas emoções fortes que nos invadem enquanto o país está a arder. As notas que se seguem dizem respeito a aspectos chave, mas de natureza diversa, sobre aquilo que pode ser feito já, por parte dos diferentes intervenientes.

O que pode fazer o Estado – Tendo em conta o espaço de que disponho e os destinatários potenciais deste texto importa, sobretudo realçar os aspectos relacionados com a gestão das áreas florestais. A este respeito importa frisar que quaisquer recomendações técnicas são e serão sempre pouco mais que letra morta enquanto não estiverem reunidas condições mínimas de natureza estrutural que permitam a sua concretização. Se é verdade que tais dificuldades estruturais constituem um obstáculo dificilmente contornável, também é verdade que a catástrofe deste ano constitui uma oportunidade única para por em prática medidas que, de outra forma, seriam bastante mal compreendidas por muitos proprietários florestais. Em nome do

futuro da floresta nacional é absolutamente necessário que o interesse colectivo se sobreponha à diversidade (e à adversidade) dos pequenos interesses individuais. As medidas anunciadas pelo Ministro da Agricultura ao nível da implementação de fundos imobiliários, ao nível da fiscalidade sobre o património fundiário e ao nível do associativismo florestal apenas podem merecer o nosso aplauso e encorajamento. É fácil prever o coro de protestos dos paladinos da livre iniciativa e da liberdade individual, caso o Governo mantenha o empenho que anunciou no calor da tragédia, relativamente à implementação destas medidas. As deficientes condições estruturais da nossa floresta não têm paralelo em toda a Europa e esta dificuldade apenas se poderá ultrapassar com reformas que até agora nenhum Governo ousou avançar. Estas reformas terão que passar por acções a implementar ainda mais a montante, já que as medidas referidas dificilmente poderão ser eficazes sem, por exemplo, uma adequada actualização do cadastro das propriedades. Mais do que atribuir subsídios à florestação, seria importante que os fundos comunitários fossem sobretudo canalizados para estas medidas de fundo, sem as quais todas as outras serão pouco mais que inúteis. É pelo menos isto que a dolorosa lição dos incêndios deste e dos outros anos nos tem ensinado. Tais medidas de fundo não se poderão por outro lado compadecer com o vai-e-vem dos dirigentes políticos e com a cultura vigente de fazer tábua rasa das medidas tomadas pelo Governo anterior. Democracia não deve ser sinónimo de irresponsabilidade ou de falta de visão de longo prazo.

O que podem fazer os proprietários – Relativamente aos proprietários florestais a melhor recomendação que posso aqui deixar é que se juntem à associação florestal da sua região e que convençam os vizinhos a fazer o mesmo. É sabido que as áreas geridas ardem muito menos que as abandonadas e que um dos instrumentos para possibilitar essa gestão é o associativismo. Em termos de recomendações técnicas apenas me poderei limitar a referir alguns princípios gerais de aplicação imediata. Apesar do ainda escasso conhecimento científico ao nível da gestão florestal para a prevenção de incêndios, existem no entanto publicações que poderão ajudar a este respeito, duas das quais são referenciadas no final deste texto. No tocante à tão

falada necessidade de reflorestação dos terrenos queimados há que ter alguma cautela e, eventualmente, alguma paciência. Muito embora as decisões a tomar estejam inevitavelmente condicionadas à partida pelos objectivos a atingir pelo gestor/proprietário da área em questão, existem preocupações que terão que ser comuns a todos. Refiro-me em particular aos riscos de erosão dos solos na sequência de chuvadas de grande intensidade. Esta preocupação faz sentido sobretudo em terrenos inclinados e deverá nestes casos nortear quaisquer acções a implementar. A este respeito a desmatagem e a mobilização dos terrenos para arborização podem ser absolutamente desastrosas caso não sejam tomadas as medidas técnicas adequadas. Por outro lado todas as acções que contrariem e atenuem o escoamento superficial através de barreiras (solo e/ou material vegetal) colocadas perpendicularmente ao maior declive, poderão ter efeitos muito positivos. A este respeito sugiro igualmente a consulta da página internet da Liga para a Protecção da Natureza (www.lpn.pt) a qual contém alguns conselhos práticos a este nível. Em todo o caso impõe-se percorrer o terreno tão minuciosamente quanto possível de forma a verificar no local quais os efeitos dos incêndios e qual a evolução provável da vegetação. Dada a notável resiliência da nossa vegetação espontânea, é provável verificar os primeiros sinais de recuperação do coberto vegetal poucas semanas após o fogo. Por outro lado a passagem de um incêndio não provoca inevitavelmente a morte de todas as árvores. Algumas das nossas espécies têm uma resistência ao fogo e um poder de regeneração notáveis, como o sobreiro. Mesmo um pinheiro bravo pode resistir a percentagens relativamente elevadas de copa queimada. No entanto, apenas na próxima Primavera poderemos ter algumas certezas sobre a taxa de sobrevivência do arvoredo através do abrolhamento dos gomos foliares. Deste modo, em termos de repovoamento florestal normalmente vale a pena esperar, de forma a fazer uma correcta avaliação da situação, o que permitirá tomar opções mais acertadas.

O que podem fazer os cidadãos em geral – Em termos simples podemos dizer que é nos cidadãos que está a raiz do problema. Apenas conseguiremos diminuir a gravidade do problema dos incêndios, quando conseguirmos fazer passar a mensa-

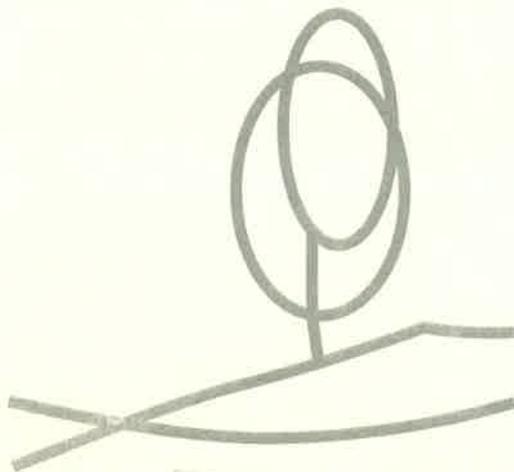
gem de que todos podemos contribuir para esse objectivo. Essa contribuição passa essencialmente por estar atento, alertar, intervir e sobretudo evitar comportamentos de risco. Enquanto não alterarmos a nossa atitude, atirando as culpas para cima de terceiros, é escusado ter grandes ilusões quanto ao futuro que nos espera.

O que pode fazer a comunicação social – A comunicação social pode e deve ter um papel crucial para alterar a postura dos cidadãos e para prestar uma informação útil no sentido de alertar e esclarecer. É simpático fazer campanhas de solidariedade depois de o fogo ter passado mas é bem mais útil tentar contribuir para que esse fogo não comece. Por outro lado todos os Verões se assiste a uma desinformação sistemática sobre as causas dos incêndios, o que contribui para tornar ainda mais distante o objectivo de mobilizar e responsabilizar as pessoas. É obvio que não podemos esperar que esta situação se altere de forma espontânea com base em boas vontades. Aqui mais uma vez é fundamental o empenhamento do Estado, sem o qual dificilmente se conseguirá mudar alguma coisa.

Leituras aconselhadas

CEMAGREF, 1989. Protection des forets contre l'incendie - Guide technique du forestier méditerranéen français. CEMAGREF, Aix-en Provence.

DGF. 2002. Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios. Direcção Geral das Florestas, Lisboa.



Incêndios Florestais

Algumas lições de 2003

15 de Setembro

Francisco Castro Rego

Engenheiro Florestal

Prof. Doutor

Instituto Superior de Agronomia

Centro de Ecologia Baeta Neves

Escrevo este texto numa altura em que a "época normal de fogos" ainda não acabou e em que Mafra e Monchique enchem as notícias pelas piores razões. Os incêndios tomaram aí tamanhas proporções que nada pouparam na sua passagem, nem sequer a tão significativa Tapada de Mafra, apesar dos imensos esforços de prevenção, detecção e primeiro combate dos seus técnicos e sapedores florestais.

E deste exemplo que se multiplicou por todo o país em que arderam, de forma talvez surpreendente, grandes propriedades de eucalipto e de montado bem geridas resulta a primeira grande lição:

1. O problema dos incêndios florestais não tem solução à escala da propriedade individual

Desta lição decorre naturalmente a conclusão de que a solução terá de ser encontrada a outras escalas, nomeadamente a municipal, a distrital e a nacional.

E aqui, claramente, a importância fundamental do reforço das associações florestais para que possam ser pilares seguros do sistema de protecção da floresta contra incêndios que, no âmbito muni-

cial, se fazia já pelo investimento através das Comissões Especializadas de Fogos Florestais com a autarquia, os bombeiros e as estruturas dos ministérios.

Daqui se depreende também a importância do ordenamento do território. E a nossa tradição a este respeito é fraca. No entanto, foi também mais evidente neste ano a complexidade da interface entre o urbano e o rural, entre a floresta, os matos e as habitações e o risco que estas situações representam para as vidas humanas. E o despovoamento do interior tem conduzido a grandes áreas combustíveis contínuas onde se encontram habitações agora isoladas por vezes ainda ocupadas por idosos resistentes do tempo em que os campos agrícolas junto das aldeias mantinham à distância os incêndios.

E um novo planeamento deste território deveria obrigatoriamente incluir este tipo de preocupações e integrar os conceitos de corredor, faixa de protecção e outros ensinamentos da ecologia da paisagem que explicam a "percolação" do fogo, considerando a importância das áreas de folhosas caducifólias na resistência àquela progressão. Segunda lição:

2. É necessário um novo ordenamento da paisagem feito à luz dos conhecimentos sobre a progressão do fogo

Mas neste novo ordenamento devem integrar-se as infra-estruturas de prevenção, detecção e apoio ao combate, prevendo-se a sua utilização no âmbito das acções de redução de combustíveis, nomeadamente pela técnica do fogo controlado, que já se praticou em Portugal a uma escala bastante interessante por iniciativa lúcida e oportuna do Eng. Moreira da Silva, depois descontinuada, e que agora se prepara para uma nova fase.

Mas o carácter excepcional de 2003 em termos estatísticos deve também ser apreciado estatisticamente, de modo a que se compreenda que parte desta tragédia nacional pode ser explicada pela

vaga de calor que todos sentimos. E este estudo deverá ser realizado por entidade independente que evite o descrédito das estatísticas oficiais e a polémica desencadeada com a influência da vaga de calor no acréscimo de mortalidade.

E o mais importante é compreender se esta é uma situação anormal ou se é previsível que este cenário se repita no futuro. Em estudo recente enquadrado em trabalhos sobre alterações climáticas (SIAM) o Prof. Cardoso Pereira conclui que o índice meteorológico associado ao perigo de incêndio irá aumentar muito significativamente nas próximas décadas. E que consequências terá esta tendência nas nossas florestas futuras? É necessário começar a considerá-las.

Mas é neste contexto que Portugal continua despreocupadamente a esquecer as suas obrigações internacionais assumidas no âmbito do Protocolo de Kyoto. Acertando o passo pela administração norte-americana que nem assinou o Protocolo, Portugal assinou mas não cumpre. E tão esforçado está o País na senda do respeito dos limites do deficit orçamental que se esquece do cumprimento de outros compromissos, cujas consequências infelizmente agora se sentem na pele, e que tentam controlar o processo do aquecimento global. Sem controlar o acréscimo das suas emissões, sem dar qualquer relevância ou prioridade política a esta questão, Portugal poderia ao menos ver nas florestas e na redução dos incêndios um mecanismo de participação no combate ao aquecimento. Será agora? De qualquer modo fica a terceira lição:

3. As florestas podem ser utilizadas para a redução do aquecimento global que, através dos incêndios, as ameaçam

Para isso é necessário que, a nível nacional, se considere com seriedade e prioridade este nosso compromisso nacional e se transforme este compromisso na anunciada reforma da floresta.

Finalmente, o ano de 2003, marcou talvez com ênfase demasiado a nossa distanciação estatística

dos países ou regiões limítrofes que, atingidos pela mesma vaga de calor, e sujeitos a muitos dos mesmos condicionalismos de ordem humana e ambiente florestal, têm vindo a conseguir diminuir ao longo dos anos as suas áreas ardidas.

E estes exemplos vêm da Galiza, da Andaluzia, da Aquitânia. As soluções organizativas adoptadas nestas regiões são, no entanto, bastante mais avançadas. Fazendo sempre recurso ao reforço do associativismo florestal e dando sempre lugar de destaque à prevenção, estes sistemas têm conseguido soluções organizativas de cooperação entre os diversos componentes do sistema que têm permitido detecção atempada, rapidez de ataque, eficácia de rescaldo. E em Portugal bem poderíamos melhor utilizar o conhecimento do sucesso daquelas soluções organizativas. Deste conhecimento decorre a quarta lição:

4. Existem soluções organizativas eficazes para situações semelhantes

Deveríamos por isso, sem complexos, aprender com algumas daquelas soluções e aplicar sistemas organizativos que rompam com tabus e que permitam, no seio de um mesmo sistema, uma contribuição articulada das suas várias componentes.

O ano de 2003 ficará como uma marca penalizadora daquilo que não se fez para evitar a catástrofe, e daquilo que até se desfez (CNEFF). É importante que do reconhecimento dos erros se retirem lições, algumas das quais aqui aponto sem o intuito de ser exaustivo. Haverá muitas outras lições, especialmente ao nível do combate, que só uma análise mais profunda poderá fundamentar.

Mas o que importa depois das lições é que o País seja capaz da humildade de reconhecer o que falhou, da aprendizagem para o futuro, e da coragem de aplicação das soluções sérias que se exigem.

Fica aqui um pequeno contributo e alguma esperança...

Depois dos fogos de Agosto que oportunidades restam ao «culpado» pinheiro bravo?

5 de Setembro 2003

Fernando Mota

Engenheiro Silvicultor

Se algo foi evidenciado pela dimensão dos fogos florestais de Agosto de 2003 em Portugal, para além da tragédia em si mesma, foi a necessidade do reaprofundamento das tão esquecidas, quanto ancestrais, relações de interdependência entre a árvore e o homem, a floresta e a sociedade.

Repetidos, até à exaustão, “lugares comuns” redescobertos por tantos doutores (palavras do Senhor Primeiro Ministro) em fogos florestais e em florestas e que, invariavelmente, percorreram os campos da descoordenação no combate, da incontornável gestão sustentada, da multifuncionalidade, da reorganização dos espaços rurais e, sobretudo, os milhões de dedos apontados ao maior responsável – o pinheiro bravo – cujos crimes de onnipresença, inflamabilidade e combustibilidade justificam a sua imolação no altar das espécies boas e incombustíveis, a verdade é que, pelas piores razões, uma parte importante da adormecida sociedade portuguesa parece ter acordado para a realidade florestal nacional; a mais rural para a sua dependência e a mais urbana pelo ganho de consciência da sua importância bem traduzido na multiplicação de solidariedades.

Mas a lição mais rica, que se colhe destes fogos de Agosto, é a de que e, desgraçadamente, as “espécies esperança”, endémicas ou não, tidas por muitos bem intencionados, ou atrevidos, indutores ou fazedores de opinião, como a grande solução

para o problema dos fogos florestais, foram igualmente sacrificadas, embora na escala da sua presença nos espaços percorridos pelo flagelo.

Dado que, face à grandeza do fenómeno, parecer passado quer para decisores quer para a opinião pública, a ideia de que a dimensão da tragédia teria sido amortecida não fosse o pinheiro bravo, é oportuno desfazer alguns mitos fortemente ancorados no espírito do grande público e abundantemente reproduzidos pelos media e que estarão a desmotivar ou a confundir proprietários e potenciais produtores florestais relativamente à simpatia pelo pinheiro bravo, nomeadamente:

- a utopia de se imaginar que, pelo facto da opção de arborização recair noutras espécies que não o pinheiro bravo, particularmente folhosas tidas como pouco inflamáveis ou nada combustíveis, se acaba definitivamente com os incêndios. De facto, e como se viu nos fogos deste ano, quando se deixa um fogo ganhar o controle da situação, nenhuma espécie ou silvicultura o detém;
- o debate, em alguns meios ecologistas, sobre a imposição de folhosas versus erradicação de resinosas, tão reclamado como panaceia contra fogos florestais. Sendo um debate desenvolvido, seguramente, por bons amigos das florestas mas mais carregados de boas intenções que de saber florestal são, contudo, muito mais ouvidos que os florestais. Embora simpaticamente tentadora e aceitável para as regiões temperadas, esta proposta carece de validade científica para o caso português, sobretudo nas regiões de marcada influência mediterrânica ou continental e, por maioria de razão, no quadro de um clima em variação, alteração ou mudança climática, provavelmente em aquecimento global.
- Embora, genericamente, as resinosas sejam por natureza mais inflamáveis e combustíveis que as folhosas, isto não é válido para casos particulares. (De facto, segundo trabalhos de investigação do I.N.R.A em França o pinheiro bravo é, p. ex., menos inflamável e menos combustível que o sobreiro e a azinheira;
- o imaginário da recriação das florestas e das paisagens ancestrais, que aconteceria pela simples

via do sacrifício do pinheiro bravo, não passa de um sonho (diga-se lindo) mas não concretizável no actual estado de degradação dos solos onde vegeta o pinheiro bravo e, do clima em evolução. Com alguma segurança pode afirmar-se que o óptimo natural da vegetação, na grande maioria do território, seria a floresta desde que razões especiais não acontecessem: condições de solo, clima, topografia ou actividades antrópicas. Provavelmente, num processo liderado pela natureza, verificar-se-ia uma mais modesta presença de resinosas e um maior domínio de azinheiras e sobreiros mas uma baixa expressão de castanheiros, por exemplo. Isto, na escala temporal dos séculos e numa primeira fase, no actual estado de degradação de solos e de clima em mudança, com a indispensável ajuda pioneira do pinheiro bravo.

Atente-se bem nas duas seguintes realidades, evidenciáveis para quem percorra o país com olhos de ver:

- A preocupante e deprimente paisagem das duas espécies "administrativamente melhor protegidas" e mais carregadas do simbolismo mediterrânico – o sobreiro e a azinheira – que, em processo terminal, mortos ou decrépitos, repartem a sua agonia desde a faixa mais continental do Nordeste Transmontano até à de maior influência mediterrânica da serra Algarvia e, também, este ano violentamente sacrificados pelo "todo poderoso" fogo.
- Nesta mesma viagem encontraremos, nas mesmas condições de solos e de clima – terras secas de solos degradados – além das espécies do item anterior e ainda que muito dispersos, pequenos povoamentos ou "nichos" de pinheiro bravo, estóica e heroicamente sobreviventes (a espécie nem protecção administrativa eficaz tem), em excelente estado vegetativo e com lançamentos anuais que envergonham os povoamentos das terras húmidas ou já sujeitos a melhoramento genético para maior produção e melhor forma.

Mas, para quem persistir nas soluções de reorganização no plano do macroespaço florestal portu-

guês, assentes nas opções suportadas pelas quercíneas mediterrânicas ou em folhosas ainda mais exigentes, com ou sem erradicação do pinheiro bravo – leia-se nas “florestas” de pinheiro bravo e nos espaços florestais - como começa a ouvir-se, aconselha-se uma análise cuidada e no terreno, do esforço financeiro público, em sede do instrumento que vem suportando a arborização de “terras agrícolas” e a percentagem de sucessos das espécies folhosas.

Infelizmente para Portugal, para os proprietários e para os produtores florestais, o estado de degradação dos solos, a errática e aleatória distribuição das chuvas, aconselham o refrear das tão generosas quanto arriscadas **propostas de arborização e de rearborização que não passem, na maioria das estações, pela entre ajuda do pinheiro bravo.**

Felizmente para Portugal, para os proprietários e para os produtores florestais, por poderem contar com uma **espécie vedeta, dinâmica, bem adaptada à quase totalidade das famílias de solos e ao clima do país, apta a colonizar rapidamente os terrenos abandonados e a recolonizar os que foi obrigada a abandonar e que permite e cria ambiência florestal para a instalação ou reinstalação, no seu subcoberto, de espécies folhosas. Esta espécie chama-se pinheiro bravo.**

Se o que foi dito tem validade mais ambiental, numa abordagem mais económica do interesse da espécie, Portugal e os portugueses não têm sabido explorar as suas potencialidades nem merecido, salvo raras excepções, a sua generosidade. O mundo florestal Francês, Australiano, Sul Africano e o de muitos países do Mediterrâneo confirmarão estas virtudes.

Receia-se que, no calor do debate, “empurrado” pela carga psicológica negativa que os fogos florestais de Agosto desencadearam, sobretudo relativamente ao pinheiro bravo, combinados com a pressa política, se precipitem soluções penalizadoras para esta “nobre” espécie e lhe sejam agravadas as penas de desprezo, laxismo, ignorância e imprudência e perpetuada a falta de estratégia com que tem vindo a ser tratada. Espécie de um

sector caracterizado pelo longo prazo, ajustar-se-á mal à velocidade das medidas político-administrativas.

Deve esclarecer-se que não se questiona a necessidade urgente de reorganização dos territórios florestais, desde que ouvidos todos os actores verdadeiramente interessados, mas com a objectividade que a gestão florestal sustentada obriga, enquanto atitude conciliadora de interesse distintos e, portanto, colectiva mas, sobretudo, relevando a realidade florestal portuguesa prevalecente num quadro de grande degradação de solos e de um clima em mudança, que obriga a muita ponderação sobre as opções de arborização de hoje.

Não se discute o “puxar” pela expansão das nossas espécies folhosas, nem a obrigatoriedade da ajuda à manutenção das suas existências, desde que suportadas pela segurança da eficácia financeira dos investimentos nos casos em que as razões económicas o decidam, **ou com sacrifício financeiro público, sempre que as valências ambientais o justifiquem.** Nas situações residuais as opções de investimento zero devem assumir-se com a coragem, a objectividade e a realidade financeira do país. Nestes casos, os processos de renaturalização são liderados pela natureza e pelos padrões da sua milenar sabedoria de “organização do admirável caos”, embora com outros ritmos, mas a custo zero.

O que parece discutível é o desenho de “fuga para a frente”, suportado no sacrifício da nossa principal espécie, o pinheiro bravo. O caminho da nossa comprometida gestão florestal sustentada passa, prioritariamente, pela estabilização das nossas formações florestais e, seguidamente, pela sua expansão possível na conciliação das valências ambientais, económicas e sociais subscritas na nova família de convenções (Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas), bem como nos compromissos assumidos no Processo Pan-Europeu.

No que ao pinheiro bravo diz respeito, só nos resta uma via – Investir racionalmente nas existências e tirar partido da sua agressividade e do seu potencial de expansão mas adequando, o que

já não se faz, as suas origens e proveniências dos domínios bioclimáticos atlânticos e mediterrânicos, às estações a que se destinam. Entretanto, mais do que instrumentos avulsos ou paliativos, sugere-se que se **antecipem medidas para o ganho e consolidação da competitividade da sua silvo-indústria**, suportadas pelo difícil exercício de previsão de mercados, mas ancorados seguramente em silviculturas para a **produção de qualidade**, maximizadoras dos retornos financeiros e caminho mais seguro, mais rápido e mais estimulante para a minimização dos fogos florestais.

Finalmente, parece sensato para além da recolha de ensinamentos que a cara lição dos fogos florestais de Agosto nos possibilitou, aproveitar a oportunidade para, sem pressas, desenvolver (conforme Portugal está obrigado) um **autêntico e objectivo Plano Florestal Nacional**, bem articulado com o **Plano Nacional de Luta contra a Desertificação** em que as políticas, os objectivos e as estratégias florestais ganhem a credibilidade e o estímulo que o desenvolvimento do país não pode adiar nem dispensar.

Política Florestal: que fazer e como?

8 de Setembro

Américo M. S. Carvalho Mendes

Prof. Doutor

Universidade Católica - Faculdade de Economia

Quase não há "pessoa de acção" (empresário, político, ou outro) em Portugal que nunca tenha dito qualquer coisa do género: "Estamos fartos de diagnósticos. O que é preciso é agir." Há muito de verdade nisto, bastando-nos observar, por exemplo, o que tem acontecido com a Lei de Bases da Política Florestal e com o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa. No entanto, não é completamente verdade que falte simplesmente agir. Para além da questão que tem a ver com o facto dos diagnósticos poderem estar mal feitos, ou desactualizados, há a questão muito importante de decidir o que é que se vai fazer e como. Para isto não basta elaborar inventários de tudo o que é preciso fazer e nos vem à cabeça para "salvar a pátria". É preciso fazer um esforço de procurar a "ponta certa" por onde se pode começar a desenrolar a grande meada de problemas que temos à nossa frente. É preciso fazer escolhas porque o tempo e o meios disponíveis não chegam para tudo. É preciso afrontar os interesses que contrariam a estratégia escolhida. É preciso promover a participação activa de todos os parceiros relevantes. Ora há muito disto que tem faltado na política florestal em Portugal e a tragédia que ocorreu este Verão em matéria de incêndios deixou-nos vários sintomas dessas insuficiências. Vejamos alguns deles.

Um diagnóstico elementar das tendências de evolução das nossas zonas rurais teria conduzido à recomendação já desde, pelo menos meados dos anos 60, que as acções no sentido da protecção da floresta existente contra o risco de incêndio deveriam merecer um destaque cada vez maior na nossa política florestal. Digo isto com a legitimidade de quem o proclamou e escreveu por várias vezes, desde o início da sua actividade profissional nestas coisas do desenvolvimento rural, já lá vão cerca de 20 anos, quando estava a começar o

Forestis
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL

Projecto Florestal Português financiado pelo Banco Mundial. Ora o que se tem observado desde essa altura não é isso. A prioridade tem ido para as acções de arborização e de combate aos incêndios florestais. São acções mais fáceis, têm mais visibilidade e têm mais agentes na sociedade civil (empreiteiros florestais, indústrias florestais, associações de bombeiros, alugadores de meios aéreos de combate aos incêndios, etc.) interessados nelas do que as acções de prevenção.

Segundo exemplo onde não falta só agir, mas também ter uma noção de quais devem ser os agentes centrais da nossa política florestal e definir prioridades em função disso. Um diagnóstico elementar teria recomendado que, para proteger a floresta e fazer muito de tudo o resto que é preciso para promover este sector num país onde apenas 1,2% da área florestal é pública, 5,4% é baldia e a restante é privada, tem que passar necessariamente pela organização associativa dos proprietários privados. Os serviços florestais públicos têm certamente muitas funções importantes que lhes cabem e onde são insubstituíveis, mas temos que reconhecer que não é por eles nem por outros que não os proprietários florestais privados que deverá passar o protagonismo directo e principal das acções de protecção da floresta. Ora quem esteve atento ao que foi sendo dito, mostrado e escrito nos nossos meios de comunicação social ao longo deste Verão certamente que observou posições como as seguintes: o que de mais importante há a fazer é "dar poder aos Serviços Florestais", o que é preciso é o Estado comprar áreas florestais aos privados de maneira a, assim, eliminar os problemas decorrentes da má gestão deste recurso por esse tipo de proprietários. Todos vimos o protagonismo do Ministro da Administração Interna, dos governadores civis, da Protecção Civil, e doutros pouco ou nada ligados aos produtores florestais. Não vimos muitos defender a urgência e a grande prioridade que é preciso dar ao associativismo dos produtores florestais.

Terceiro exemplo onde tem faltado o sentido adequado das prioridades de acção. Um diagnóstico elementar recomendaria que não será possível o empenhamento activo dos proprietários florestais na protecção e no desenvolvimento da floresta sem que a sociedade partilhe com eles parte dos custos

que essa melhor gestão florestal envolve. Isso não é subsídio. Isso é pagamento dos serviços ambientais prestados à sociedade pela produção florestal. Um diagnóstico sempre elementar apontaria no sentido de tal ser feito através de uma coisa do género do Fundo Florestal previsto na Lei de Bases da Política Florestal. Ora o que se tem observado é que tal preceito continua por cumprir e que poucas têm sido as vozes a clamar contra esse silêncio dos nossos decisores públicos, silêncio esse que decorre da falta de vontade de efectivamente dar a este sector nas nossas políticas públicas um lugar consentâneo com a importância que ele tem em termos económicos, sociais e ambientais.

Depois de todo o mal que ocorreu durante este Verão, uma virtualidade dessa tragédia é ela ter chamado a atenção de grande parte da nossa sociedade urbana para essa importância económica, social e ambiental da floresta e para a necessidade de todos partilharmos os custos de uma melhor gestão florestal. Criaram-se, assim condições favoráveis ao combate contra as resistências que se podem opor à concretização do Fundo Florestal. Veremos se os nossos decisores políticos terão a lucidez e a determinação para avançarem nesse sentido, ou se se limitarão a criar uma Secretaria de Estado das Florestas e a publicar uns PROFs que pouco farão se não puderem contar, no terreno, com proprietários florestais organizados e devidamente incentivados. Pela parte que me toca já fiz as minhas propostas sobre como proceder nesta matéria, propostas essas que consistem em fazer para a floresta uma coisa parecida com a Lei das Finanças Locais (PÚBLICO de 9 de Agosto e 6 de Setembro):

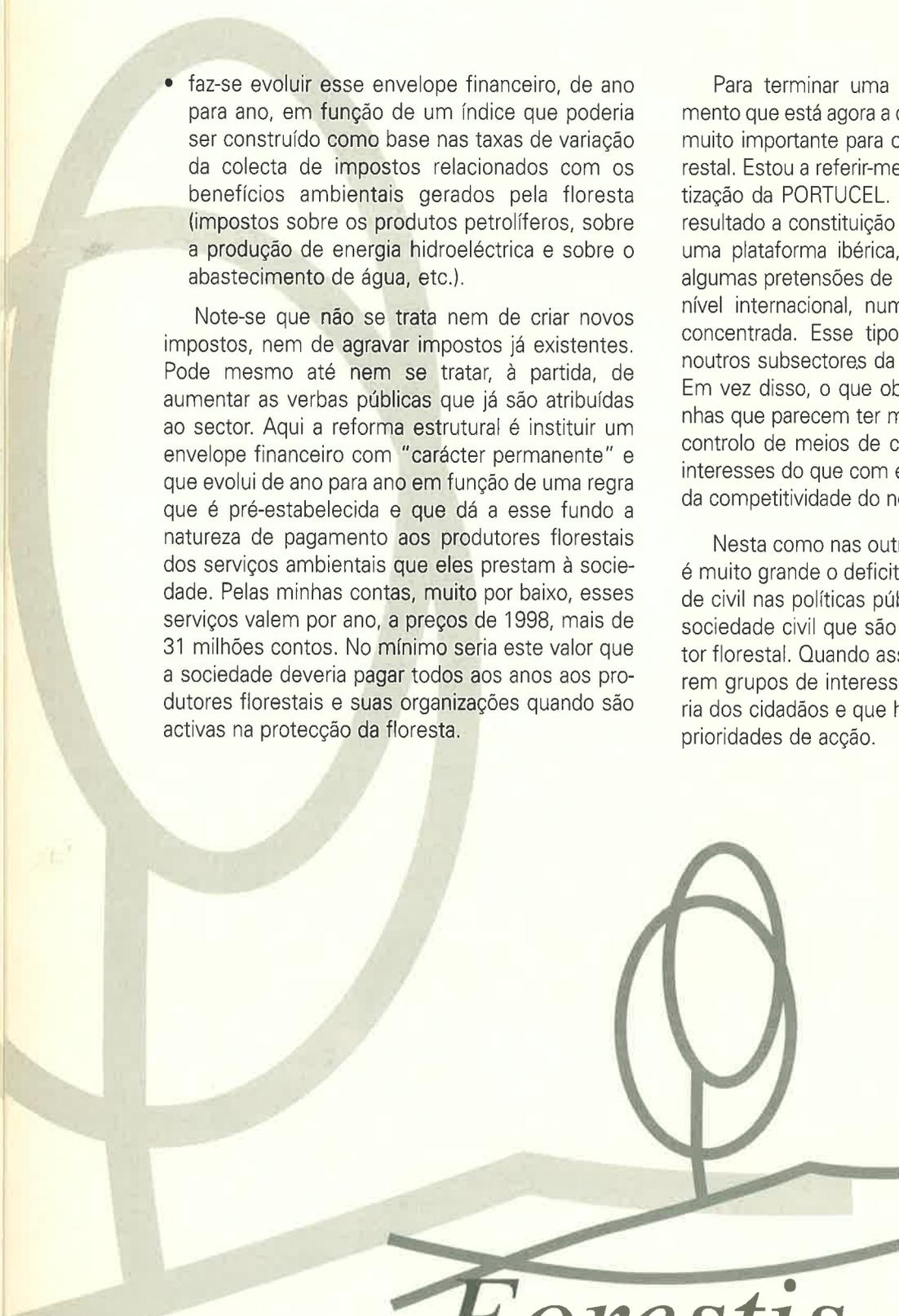
- reúnem-se num envelope único verbas que o Orçamento de Estado atribui a acções que se enquadrem dentro dos objectivos do Fundo Florestal, nomeadamente projectos de rearborização de áreas afectadas por incêndios, acções de formação profissional e assistência técnica a todos os agentes que intervêm no sector produtivo florestal, brigadas de sapadores florestais, pagamento aos produtores florestais dos serviços ambientais que a floresta gera (fixação do carbono, protecção do solo e dos recursos hídricos, qualidade da paisagem, etc.), mas que o mercado não remunera e outras;

- faz-se evoluir esse envelope financeiro, de ano para ano, em função de um índice que poderia ser construído como base nas taxas de variação da colecta de impostos relacionados com os benefícios ambientais gerados pela floresta (impostos sobre os produtos petrolíferos, sobre a produção de energia hidroeléctrica e sobre o abastecimento de água, etc.).

Note-se que não se trata nem de criar novos impostos, nem de agravar impostos já existentes. Pode mesmo até nem se tratar, à partida, de aumentar as verbas públicas que já são atribuídas ao sector. Aqui a reforma estrutural é instituir um envelope financeiro com "carácter permanente" e que evolui de ano para ano em função de uma regra que é pré-estabelecida e que dá a esse fundo a natureza de pagamento aos produtores florestais dos serviços ambientais que eles prestam à sociedade. Pelas minhas contas, muito por baixo, esses serviços valem por ano, a preços de 1998, mais de 31 milhões contos. No mínimo seria este valor que a sociedade deveria pagar todos aos anos aos produtores florestais e suas organizações quando são activas na protecção da floresta.

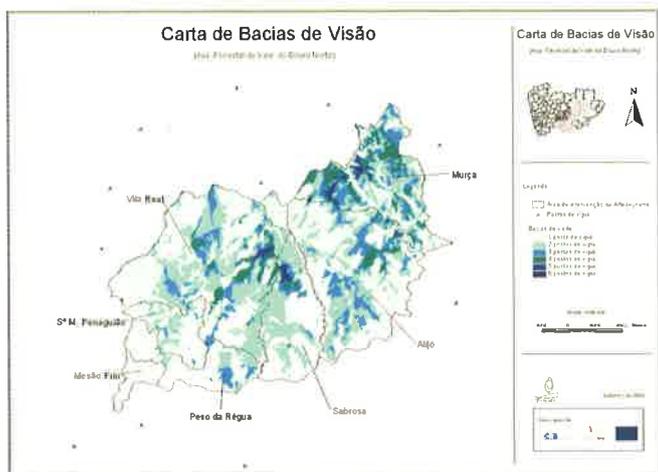
Para terminar uma nota sobre outro acontecimento que está agora a decorer e cujo desfecho será muito importante para o futuro do nosso sector florestal. Estou a referir-me ao "concurso" para a privatização da PORTUCEL. Desse processo poderia ter resultado a constituição de um grupo papelero com uma plataforma ibérica, capaz de, a partir daí, ter algumas pretensões de conquistar um lugar ao sol a nível internacional, numa indústria cada vez mais concentrada. Esse tipo de posição conquistou-se noutros subsectores das nossas indústrias florestais. Em vez disso, o que observamos são coisas estranhas que parecem ter mais a ver com coisas com o controlo de meios de comunicação social e outros interesses do que com esta estratégia de promoção da competitividade do nosso sector florestal.

Nesta como nas outras questões atrás referidas é muito grande o deficit de participação da sociedade civil nas políticas públicas, começando por essa sociedade civil que são os vários parceiros do sector florestal. Quando assim é não admira que impeçam grupos de interesses que não servem a maioria dos cidadãos e que haja escolhas incorrectas de prioridades de acção.

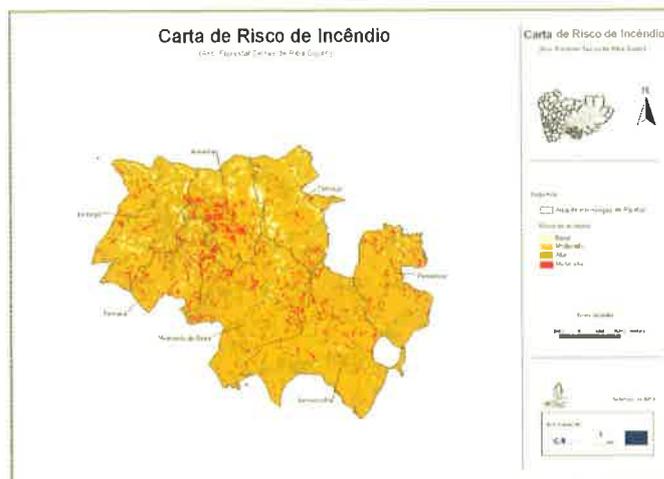


Forestis
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL

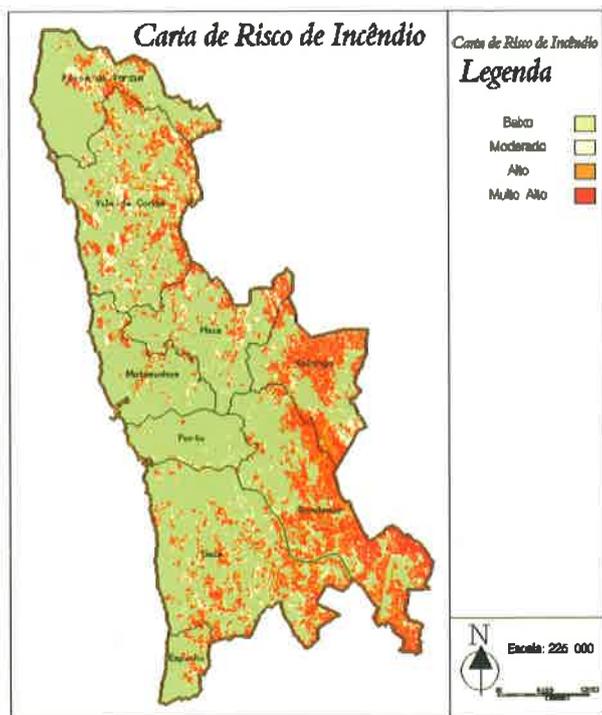
O MOVIMENTO FORESTIS CONTRIBUÍ PARA O PLANEAMENTO E PREVENÇÃO FLORESTAL



Associação Florestal do vale do Douro Norte



Ribaflor
Associação Florestal das Terras de Ribadouro



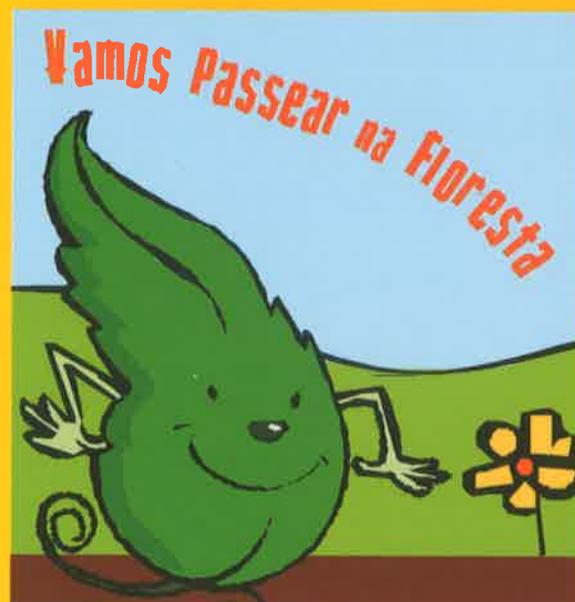
Portucalea
Associação Florestal do Grande Porto



Agriarbol
Associação Florestal da Terra Quente Transmontana



A **forestis** considera que a educação ambiental e a sensibilização dos públicos mais jovens é um factor essencial para a valorização da floresta e para a sua protecção. Estes são alguns contributos da **forestis** para atingir esses objectivos.



CD interactivo que viaja pela floresta mostrando-nos a sua fauna, flora e actividades.



Livro para uma visita à floresta que nos fala das árvores da floresta e da sua importância na protecção do meio ambiente.